



ORBIS

Boletim Trimestral do
LEPEB-UFF



Vol.1 – Nº 4
Outubro-Dezembro/2023
ISSN: 2965-2235

Sirenes e Operações Policiais

*Danillo Avellar Bragança**

Uma manhã qualquer. Yago de Farias, 17 anos, é baleado pelas costas na favela do Jacarezinho, zona norte do Rio de Janeiro. O Jacaré-Jacarezinho é uma das regiões mais povoadas por destacamentos policiais do Rio de Janeiro. Cabines de policiamento com janelas blindadas. Uma Unidade de Polícia Pacificadora ainda existe no local. A Cidade da Polícia, grande conjunto de delegacias especializadas da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, está a menos de um quilômetro da entrada principal da favela. A área é atendida pelo 3º Batalhão de Polícia Militar, um dos que abriga maior contingente de policiais no Rio de Janeiro.

Yago andava por uma região chamada Pontilhão, que fica às margens do rio Jacaré. Há uma ponte, um rio assoreado e arcos de concreto ficam de um lado ao outro, uma intervenção de engenharia malsucedida. O tiro atingiu Yago na cabeça. No Pontilhão há uma farmácia, muitas casas, barracas de comida de rua. Área de grande circulação, que fica há menos de um quilômetro do Buraco do Lacerda, perto da Rua Viúva Claudio.

Yago usava fone de ouvido, o que é senso comum se tratando de adolescentes. Estava de um dos lados do rio Jacaré, o policial estava do outro lado, que disse ter anunciado a abordagem. O jovem foi levado para a UPA de Manguinhos, perto dali, mas não resistiu. Uma área de grande movimento. O protocolo de abordagem não prevê este tipo de conduta. A própria Polícia Militar alegou não ter havido operação na região naquele dia.

Não precisa. O Jacaré-Jacarezinho é uma extensa área que margeia alguns bairros da Zona Norte carioca. Há escolas na região, muitas escolas, inclusive, escolas de samba. Muitas linhas de ônibus passam por ali, indo para Bonsucesso, Benfica, Del Castilho e outros bairros de grande circulação. Bairros de passagem. O Jacaré, mais que uma favela, é um bairro como qualquer outro do Rio de Janeiro. E é fortemente policiado.

No momento deste texto, o território era dominado – majoritariamente - pelo Comando Vermelho, a primeira das facções criminosas do Rio de Janeiro. No Pontilhão há um ponto de venda de drogas, o que é fácil de identificar. A presença de usuários de crack na região é visível. Há muitos ferros-velhos, que compram o cobre roubado de postes, sinais de trânsito ou qualquer coisa possível. Os ferros-velhos compram este cobre, as bocas vendem o crack. É comum ver na região fogueiras feitas por moradores de rua, que servem para derreter a borracha e facilitar a extração do metal.

Deveria haver um jeito de avisar. A presença policial é ostensiva. Os sobrevoos de helicóptero são diários, suficientes para que o ouvido e o pescoço fiquem sempre atentos. Os carros de polícia ficam parados nas esquinas da Avenida Dom Hélder Câmara, que atravessa a zona norte. Há uma cabine, um destacamento e um grande supermercado na região. A Unidos do Jacaré tem sede ali. Barbeirinho do Jacaré, lendário sambista, morava numa casa ali próximo.

O uso de sirenes é uma proposta a ser colocada. No primeiro semestre de 2011, em meio a grandes deslizamentos de terra, o Rio de Janeiro ganhou seu primeiro Sistema de Alarme por Sirenes. Em muitas comunidades, alto-falantes instalados no alto dos postes normalmente informam o cidadão em caso de chuvas fortes e com potencial de alagamento e inundação. O rio Jacaré historicamente alaga, são comuns as enchentes até hoje.

O objetivo da Defesa Civil foi o de reduzir e até mesmo evitar perdas humanas em caso de deslizamento ou inundação. As características geográficas do Rio de Janeiro sugerem que ter um plano de contingência é bastante razoável. Áreas específicas destas comunidades são escolhidas para servir de pontos de encontro, normalmente escolas, onde a população pode e deve se abrigar em caso de perigo.

Nos postes próximos ao rio Jacaré há megafones instalados. A ideia é informar risco, produzir mobilização e evitar mortes. O caso das operações policiais pode ser visto pelo mesmo modo de operação da Defesa Civil? Argumentamos aqui que sim.

Sistemas parecidos funcionam em vários lugares do mundo, nas áreas conflagradas ou não. Por mensagem eletrônica (SMS) ou, ainda, pelo uso de aplicativo, a população de um determinado local fica sabendo de forma imediata se há perigo. Protocolos estabelecidos pelas comunidades ajudam a orientar as pessoas em situações inesperadas.

Em Tel-Aviv, Israel, sirenes avisam em caso de disparo de míssil. De forma conjunta, avisos sonoros, visuais e vibrações no celular mostram de forma contundente o perigo. Não basta avisar: é preciso definir pontos de encontro e abrigo, orientar os cidadãos para que se informem e tomem a melhor decisão para se protegerem. Um destes aplicativos, o Home Front Command, avisa o local em que os mísseis provavelmente cairão e informa que lugares próximos podem ser utilizados para a própria segurança. O High Ring, por sua vez, faz soar as sirenes em cidades como Ramat Gan, Haifa e outras, informando a intensidade do evento.

Rússia e Ucrânia também têm sistemas de alarme civil. Neste caso, os pontos de abrigo são antigas estações subterrâneas, normalmente de metrô, que foram desativadas

ou não. Em cidades como Madri, Boston, Paris, é comum o uso de sirenes em caso de ataques de maior escala. As redes sociais são usadas como espaço de divulgação de informações oficiais. Os serviços de Defesa Civil também estão conectados à Centros de Controle e Informação, que divulgam orientações em caso de eventos climáticos extremos ou, ainda, perigo de ataques em solo urbano.

Operações policiais devem conter o elemento surpresa como trunfo para seu êxito? A instrução normativa PMERJ/EMG-PM3 N° 23, de 12 de fevereiro de 2015 descreve alguns critérios para a execução do Policiamento Ostensivo (PO) ou Policiamento Ostensivo Complementar (POE), no seu artigo 11, que devem ser executados da seguinte maneira:

I. Operação de Ação Preventiva (A Prev) – Realizada em locais, horários e dias pré-determinados, utilizando patrulhas a pé e/ou a cavalo e/ou motorizadas com o objetivo de, não somente, desestimular a prática de delitos pela presença da PM, como também infundir, psicologicamente, uma sensação de segurança na população. Se caracteriza pela fixação da patrulha por um determinado período em um mesmo local. (PMERJ/EMG-PM3, 2015, p. 8)

Em caso de A Prev, locais e horários são definidos anteriormente, por estratégia. A ideia de “infundir, psicologicamente, uma sensação de segurança na população” é contraste interessante, porque se o protocolo não informa se é bom ou ruim, mas, na prática, esta população vê a presença policial como elemento de desconfiança e insegurança.

Em ações de maior amplitude, por sua vez, a normativa segue:

II. Operações de Ação Repressiva (A Rep) - Realizada em locais, horários e dias pré-determinados, utilizando patrulhas a pé e/ou motorizadas com o objetivo de reprimir a prática de delitos identificados pela análise criminal. Se caracteriza pela mobilidade da patrulha no terreno e se subdividem da seguinte forma: a) A Rep 1 – Vasculhamento (...); b) A Rep 2 - Busca e Captura (...); c) A Rep 3 – Revista (...); A Rep 4 – Cerco – Ações simultâneas de operações repressivas de REVISTA, mediante planejamento prévio, com efetivos e meios flexíveis, visando a coibir a fuga de criminosos por vias de entrada e saída da área considerada e, de acordo com a referida área. (PMERJ/EMG-PM3, 2015, p. 10-15)

O termo “planejamento prévio” aparece muitas vezes na normativa 23, que é anterior às Olimpíadas do Rio de Janeiro e que foi desenhada como um dos compromissos do estado do Rio de Janeiro com a autoridade olímpica. Operações de ação repressiva (A Rep) se subdivide em 1) Operações de Cerco Amplo, quando há a

necessidade apoio externo, com outros batalhões PMERJ ou, ainda, a Polícia Civil, Polícia Rodoviária Federal, entre outros, mediante regimento específico; 2) Operação de Cerco Restrito, que está restrita ao uso da Unidade Operacional local (UOp) e também deve ser de planejamento prévio; 3) Cerco Tático Preventivo, combinando Busca e Captura (Rep 2), Revista (Rep 3) e Cerco (Rep 4), também com planejamento prévio expedido pelo gestor policial.

Ou seja, o fator surpresa não é mencionado nas normativas policiais, sobretudo nessa que versa sobre abordagem e categorização de operações. O gestor policial, assim como o gestor de defesa civil, é um servidor público. Falamos muito sobre controle civil sobre as Forças Armadas, mas, de fato, é preciso começar a falar de controle civil sobre as Polícias Militares. A segurança pública é espaço quase que restrito a policiais de carreira, sejam eles civis ou militares.

Neste caso, o uso de sirenes por si poderia produzir maior transparência. A resistência à transparência e maior *accountability* das operações policiais não é um fato novo. Durante a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro, panfletos eram distribuídos nas favelas que seriam ocupadas. Eram comuns os casos de rendição sem confronto. Acima de tudo, a população daquelas localidades era informada e podia se abrigar. As baixas eram muito menores e as operações, mais pacíficas, passaram a ser espetáculos de televisão.

Durante a pandemia da COVID-19, o Supremo Tribunal Federal baixou portaria obrigando o gestor policial a informar, via Secretaria de Segurança Pública, os objetivos de cada operação policial, inclusive suspendendo-as em caso de inconsistência ou irregularidade administrativa. Vício de origem é algo muito comum em A Rep de qualquer natureza, mas não existem mecanismos de controle suficientes para supervisionar a atividade policial.

A morte de Yago, no Pontilhão, poderia ser evitada. O termo “bala perdida”, já quase em desuso, mostra que maior planejamento e controle podem produzir mais transparência. O uso de câmeras corporais em agentes tem este mesmo objetivo em comum, cabendo aos órgãos de controle e à população em geral a função de monitorar operações policiais, de maior ou menor escala. Tudo isso poderia estar ao alcance do cidadão, por meio de um simples aplicativo.

*Doutor em Ciência Política (UFF) e coordenador-adjunto do LEPEB-UFF. E-mail: danillo.braganca@yahoo.com.br